

STARTUP20 

Startup20 Communiqué

Recomendações e
Diretrizes da Política



Índice

- 3** Prólogo
- 4** Introdução
- 5** Forças-tarefa Startup20 Brasil
- 6** Recomendações e diretrizes da Política
 - 7** 1 | Estruturas regulatórias simplificadas e unificadas
 - 8** 2 | Diretrizes éticas e inovação responsável
 - 9** 3 | Parcerias e colaboração internacional
 - 10** 4 | Educação e capacitação
 - 11** 5 | Sistemas digitais e financeiros inclusivos
 - 12** 6 | Energia renovável e soluções baseadas na natureza (NbS, Nature-Based Solutions) para resiliência climática
 - 13** 7 | Práticas de economia circular por meio de Startups
 - 14** 8 | Empreendedorismo social, inclusão financeira e segurança alimentar
 - 15** 9 | Empoderamento e igualdade de gênero
 - 16** 10 | Fortalecimento da governança corporativa em Startups
 - 17** 11 | Padronização de informações de investimento
 - 18** 12 | Desbloqueio de capital por meio da tokenização e democratização de ativos
 - 19** 13 | Financiamento misto
- 20** Detalhando o contexto e os insights das recomendações
- 32** Considerações finais
- 33** Glossário
- 34** Agradecimentos



PRÓLOGO

À medida que olhamos para o futuro, as startups estão provando ser mais do que apenas empresas; elas são agentes poderosos de mudança, inovação e crescimento econômico. A iniciativa Startup20, lançada sob a estrutura do G20 em 2023 na presidência da Índia, incorpora esse potencial, **reunindo startups, investidores e legisladores** para enfrentar os desafios globais e moldar o futuro de nossas economias. Em 2024, sob a presidência do Brasil, continuamos a fortalecer esse ecossistema vital, defendendo o poder do empreendedorismo para promover a sustentabilidade, a inclusão e o avanço tecnológico.

O Brasil tem sido um centro de espírito empreendedor há muito tempo e, por meio do Startup20, pretendemos ampliar o impacto das startups não apenas em nosso país, mas globalmente. Este comunicado, elaborado por meio de ampla colaboração entre os setores público e privado, reflete nosso compromisso em apoiar startups e empresas de pequeno e médio porte (PMEs) em sua jornada para escalar local e internacionalmente. Ao abordar questões-chave como harmonização regulatória, inclusão financeira, resiliência climática e igualdade de gênero, este documento oferece um roteiro para capacitar empresas a impulsionar soluções do mundo real para alguns dos desafios mais urgentes do nosso tempo.

Como Presidente da Associação Brasileira de Startups e Presidente do Startup20 no Brasil, tenho o privilégio de testemunhar a dedicação e a inovação que emergem desta comunidade dinâmica. As forças-tarefa estabelecidas pelo Startup20 Brasil trabalharam incansavelmente para produzir recomendações práticas que guiarão as startups globais e o ecossistema de PME em direção a um futuro definido por crescimento sustentável, inovação responsável e oportunidades igualitárias.

A jornada que iniciamos hoje não é somente sobre startups e PMEs; **trata-se de promover um ambiente onde a criatividade, o empreendedorismo e a tecnologia possam prosperar**, transformando sociedades e economias. Juntos, temos o poder de **desbloquear todo o potencial do ecossistema global de startups**, garantindo a formação de um futuro mais sustentável, inclusivo e próspero.

Ingrid Barth

Presidente da Associação Brasileira de Startups (Abstartups)

Presidente do Startup20 Brasil



INTRODUÇÃO

O Grupo de Engajamento Startup20, estabelecido sob a estrutura do G20, visa fornecer às startups uma plataforma para se envolver em discussões econômicas globais, influenciando políticas que apoiam a inovação e o crescimento econômico. O grupo conecta startups, investidores e legisladores de nações do G20 para colaborar em iniciativas que abordam desafios globais urgentes. Ao focar em sustentabilidade, inclusão e empreendedorismo, o Startup20 posiciona as startups como participantes-chave na solução de problemas complexos, como mudanças climáticas, desigualdade e desenvolvimento econômico.

Formalmente introduzido no G20 durante a presidência da Índia, em 2023, o Startup20 estabeleceu a base para um Ecossistema Global de Startups, criando estruturas que padronizaram definições importantes sobre startups em todas as nações do G20, permitindo que os governos alinhem suas políticas e forneçam melhor suporte para as startups. Apesar de ser um grupo relativamente novo, o Startup20 já teve uma conquista importante ao redigir um Comunicado e garantir um compromisso coletivo das nações do G20 para aumentar o investimento anual no ecossistema global de startups para \$1 trilhão até 2030. Este marco assinala sua crescente influência e impacto no cenário internacional.

Sob a presidência do Brasil em 2024, o Startup20 continua a desenvolver esses princípios fundamentais, buscando permitir que startups cresçam globalmente, enquanto navegam em diversos ambientes regulatórios. Desde 1º de dezembro de 2023, a Associação Brasileira de Startups (Abstartups) tem liderado o Startup20 no Brasil, facilitando reuniões presenciais e discussões para construção de consenso.

Esses esforços se concentraram em trazer assuntos-chave para o primeiro plano do debate e gerar o atual conjunto de recomendações para a presidência do G20. A iniciativa reuniu uma ampla gama de participantes, incluindo representantes dos setores público e privado, diplomatas, ministros, presidentes de bancos centrais, especialistas em finanças, tecnologia e inovação, bem como partes interessadas de startups, fundos de investimento, associações profissionais, intelectuais, think tanks, legisladores e outros membros da inovação e do ecossistema PME.

As forças-tarefa do Startup20 Brasil giram em torno de três pilares principais e seu impacto em startups e pequenas e médias empresas: Regulamentação e Políticas Públicas, ESG (sigla do inglês para Ambiental, Social e Governança) e Investimentos.

Este comunicado sintetiza os esforços colaborativos das forças-tarefa Startup20 Brasil, destacando uma visão inovadora e próximos passos estratégicos. Ele ressalta um compromisso em abordar as necessidades emergentes do ecossistema de startups e promover um ambiente inovador e orientado ao crescimento.



FORÇAS-TAREFA STARTUP20 BRASIL



Força-Tarefa de Regulamentação e Políticas Públicas

Foca em **estabelecer estruturas regulatórias que promovam inovação e crescimento para as startups**. Ao simplificar os processos de registro e reduzir os encargos administrativos, a Força-Tarefa visa agilizar as operações para startups, especialmente aquelas que navegam em mercados internacionais complexos. Além disso, promove o desenvolvimento de regulamentações adaptáveis para tecnologias emergentes, como IA e blockchain, garantindo que as startups possam inovar de forma responsável, ao mesmo tempo em que aderem a padrões regulatórios dinâmicos e em evolução.



Força-Tarefa ESG

Dedicada a incorporar os princípios ambientais, sociais e de governança no ecossistema das startups. As startups desempenham um papel fundamental no enfrentamento dos desafios globais de sustentabilidade, inovando em áreas como energia renovável, impacto social e sistemas financeiros inclusivos. A Força-tarefa defende estruturas políticas que capacitem as startups a liderarem em setores como energia limpa, ao mesmo tempo em que apoiem o empreendedorismo social e padrões de governança sólidos. Esses esforços garantem que as startups contribuam para um futuro mais sustentável e igualitário.



Força-Tarefa de Investimentos

Comprometida em **expandir o acesso ao capital para as startups**, especialmente aquelas que impulsionam soluções de alto impacto. Ao promover modelos de financiamento misto e o uso de ferramentas de finanças descentralizadas (DeFi), a Força-tarefa busca democratizar oportunidades de investimento e reduzir riscos para investidores. Esses esforços ajudam as startups a garantir os recursos financeiros necessários para crescer, garantindo sua contribuição contínua na resolução de desafios globais urgentes.



Recomendações e Diretrizes da Política

Estruturas regulatórias simplificadas e unificadas

Recomendação 1

Harmonizar regulamentações e simplificar processos para registro de startups e de proteção de propriedade intelectual em nações do G20, criando um ambiente regulatório mais acessível e consistente para startups globais, reduzindo barreiras administrativas e fomentando a inovação transfronteiriça.

Diretriz 1.1 da Política

Simplificação do Processo Regulatório: Implementar processos simplificados para registros de startups e de proteção de propriedade intelectual e estabelecer uma definição clara de startups, considerando aspectos como inovação, escalabilidade e cultura organizacional dinâmica.

Diretriz 1.2 da Política

Harmonização de Exigências Regulatórias: Desenvolver um conjunto compatível de regulamentações em países do G20 para minimizar discrepâncias e facilitar as operações transfronteiriças, levando em consideração a abordagem baseada em risco, bem como definições e classificações de padrões.

Diretriz 1.3 da Política

Atualizações Regulares da Política: Criar estruturas regulatórias dinâmicas que possam se adaptar rapidamente aos avanços e necessidades tecnológicas.



Recomendação 2

Promover diretrizes éticas e garantir a inovação responsável em sistemas de Inteligência Artificial (IA) e Blockchain por meio de estruturas regulatórias proporcionais e baseadas em risco, equilibrando o desenvolvimento tecnológico com a prontidão regulatória, e evitando imposições burocráticas que sufocam o avanço tecnológico.

Diretriz 2.1 da Política

Implementação de Estruturas Éticas: Priorizar as diretrizes éticas no desenvolvimento de produtos para garantir que as soluções respeitem os direitos humanos, promovam a justiça e protejam o know-how e os segredos comerciais, ao mesmo tempo em que fomentam um ambiente de inovação e experimentação.

Diretriz 2.2 da Política

Estruturas Regulatórias Proporcionais: Implementar estruturas regulatórias proporcionais e baseadas em risco, que promovam transparência, responsabilidade, uma participação justa e equilibrada de todos os setores (valorizando inovações locais e abordagens de base) e distinguir sabiamente as responsabilidades entre diferentes participantes, como desenvolvedores e implantadores.

Diretriz 2.3 da Política

Promover consultas públicas: Envolver-se em consultas transparentes para reunir informações de uma ampla gama de partes interessadas, incluindo o público em geral, moldando regulamentações flexíveis que apoiem a inovação responsável e reflitam as necessidades em evolução do ecossistema das startups.

Diretriz 2.4 da Política

Privacidade e Direitos Autorais: Estruturas de suporte que permitam o uso de informações públicas, respeitando direitos legítimos.

Diretriz 2.5 da Política

Proteção de segurança: Garantir que ativos tokenizados e outras inovações sejam projetados com fortes medidas de segurança cibernética.



Recomendação 3

Desenvolver estruturas regulatórias e políticas públicas para fortalecer redes globais e parcerias internacionais, bem como estruturas legais para parcerias público-privadas transfronteiriças.

Diretriz 3.1 da Política

Promoção de redes globais: Estabelecer redes de startups em todo o G20, para facilitar conexões entre empreendedores, investidores e organizações de suporte, promovendo acesso a talentos e fomentando colaboração e compartilhamento de conhecimento, pesquisas e oportunidades, melhores práticas e relatórios de inteligência de mercado.

Diretriz 3.2 da Política

Criação de programas piloto internacionais: Incentivar o desenvolvimento de programas piloto internacionais entre países para abordar os desafios regulatórios em comum e implementar métricas para avaliar iterações e impacto.

Diretriz 3.3 da Política

Padrões para Interoperabilidade: Apoiar o desenvolvimento de padrões para a interoperabilidade de ativos digitais e outras tecnologias emergentes.

Diretriz 3.4 da Política

Sandboxes Regulatórios: Facilitar a criação de ambientes regulatórios experimentais (sandboxes regulatórios) internacionais que permitam testes de tecnologias emergentes e modelos de negócios inovadores em um ambiente controlado e transfronteiriço.

Diretriz 3.5 da Política

Promoção de Dados Abertos e Fluxos de Dados Transfronteiriços: Desenvolver políticas que promovam o uso de dados abertos e facilitem fluxos de dados transfronteiriços para aprimorar a colaboração entre startups internacionais e ecossistemas de inovação, bem como contribuir para pesquisa e desenvolvimento (P&D).



Recomendação 4

Desenvolver programas abrangentes de educação e capacitação, capacitando indivíduos e organizações em áreas-chave como inteligência artificial, inovação tecnológica e finanças digitais.

Diretriz 4.1 da Política

Investimento em Programas Educacionais: Priorizar treinamentos em IA, blockchain e inovação tecnológica, com foco especial em grupos sub-representados. Isso inclui financiamento para empreendedores e programas, bem como para startups diretamente e projetos.

Diretriz 4.2 da Política

Capacitação em Finanças Digitais: Criar programas educacionais com o objetivo de capacitar indivíduos com conhecimento e habilidades para gerenciar suas finanças de forma eficaz e participar da economia digital.

Diretriz 4.3 da Política

Promoção da Educação Empreendedora: Implementar políticas que incentivem a educação empreendedora, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico inclusivo.

Diretriz 4.4 da Política

Incentivar Pesquisa e Desenvolvimento: Implementar políticas que concedam às startups acesso a instalações de P&D e incentivem o investimento em P&D de tecnologias emergentes e tecnologias de IA responsáveis.



Recomendação 5

Implementar políticas públicas e estruturas regulatórias que promovam o desenvolvimento de tecnologias digitais e sistemas financeiros, visando melhorar a inclusão social e financeira.

Diretriz 5.1 da Política

Projeto de Sistemas Financeiros Inclusivos: Estabelecer estruturas regulatórias que exijam que o desenvolvimento de infraestruturas financeiras digitais seja amplamente acessível e inclusivo.

Diretriz 5.2 da Política

Desenvolvimento Coordenado de Governo e Infraestrutura: Garantir que todas as agências governamentais relevantes colaborem na implementação de CBDCs (Central Bank Digital Currency) e regulamentações de ativos digitais, ao mesmo tempo em que promovem investimentos na infraestrutura necessária.

Diretriz 5.3 da Política

Investimento com Impacto Social: Introduzir incentivos fiscais e outros benefícios regulatórios para encorajar investimentos em soluções tecnológicas que abordem os principais desafios sociais e promovam o crescimento econômico inclusivo, bem como para startups que investem em pesquisa e desenvolvimento.



Energia renovável e soluções baseadas na natureza (NbS, Nature-Based Solutions) para resiliência climática

Recomendação 6

Incentivar as startups a liderarem iniciativas em energia renovável e soluções baseadas na natureza (NbS) que contribuam para a resiliência climática, descarbonização, conservação da biodiversidade e desenvolvimento urbano sustentável, alinhando-se com o ODS 7 (Energia limpa e acessível), ODS 13 (Ação climática), ODS 15 (Vida terrestre) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

Diretriz 6.1 da Política

Adoção de tecnologias renováveis e NbS (soluções baseadas na natureza):

Incentivar o uso de tecnologias de energia renovável, como solar e eólica, juntamente com soluções baseadas na natureza, como restauração de ecossistemas, envolvendo startups em ambos os setores para garantir acessibilidade e escalabilidade em diversas regiões.

Diretriz 6.2 da Política

Inovação em Tecnologias Resilientes ao Clima: Estimular o desenvolvimento de tecnologias inovadoras resilientes ao clima, incluindo captura e armazenamento de carbono (CCS), para mitigar os impactos das emissões de gases de efeito estufa.

Diretriz 6.3 da Política

Projetos de Cidade Esponja e NbS Urbanos: Incentivar startups a integrar o conceito de “cidade esponja” e outras soluções baseadas na natureza no planejamento urbano, ajudando a gerenciar águas pluviais e melhorar a resiliência urbana contra eventos climáticos extremos.



Práticas de economia circular por meio de Startups

Recomendação 7

Promover startups como participantes-chave na aceleração de práticas de economia circular, contribuindo para o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) reduzindo resíduos, reciclando materiais e projetando produtos sustentáveis.

Diretriz 7.1 da Política

Reciclagem e Upcycling: Incentive startups a focar na reciclagem e upcycling de materiais residuais, criando sistemas de ciclo fechado que minimizem o impacto ambiental.

Diretriz 7.2 da Política

Projeto de Produto Sustentável: Promover o desenvolvimento de projetos de produtos sustentáveis que enfatizem durabilidade, reutilização e eficiência de materiais, garantindo que os produtos tenham ciclos de vida mais longos.

Diretriz 7.3 da Política

Inovação em Tecnologias de conversão de Resíduos em Recursos: Apoiar startups na inovação de tecnologias de conversão de resíduos em recursos que transformam resíduos em matérias-primas valiosas, contribuindo para a economia circular.



Empreendedorismo social, inclusão financeira e segurança alimentar

Recomendação 8

Apoiar startups na liderança de iniciativas de empreendedorismo social que promovam inclusão financeira, empoderamento, empregabilidade e desenvolvam tecnologias agrícolas sustentáveis para abordar a segurança alimentar, contribuindo para o ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero) e ODS 8 (Trabalho digno e crescimento econômico).

Diretriz 8.1 da Política

Acesso a Serviços Financeiros para Empreendedores Agrícolas e Sociais: Expandir o acesso a microcrédito e serviços financeiros para startups para promover a inclusão no mercado de trabalho, segurança alimentar e práticas agrícolas sustentáveis, especialmente em comunidades rurais e vulneráveis, com a inclusão de mulheres e pessoas em situações vulneráveis.

Diretriz 8.2 da Política

Tecnologia para Agricultura Sustentável: Incentivar as startups a desenvolver e implementar tecnologias que melhorem a segurança alimentar por meio de práticas agrícolas sustentáveis, como agricultura de precisão, agricultura regenerativa e inovações na cadeia de suprimentos de alimentos.

Diretriz 8.3 da Política

Parcerias Público-Privadas para Segurança Alimentar: Estabelecer parcerias público-privadas que forneçam financiamento e suporte técnico para startups trabalhando em soluções inovadoras para mitigar a fome, garantindo acesso a alimentos nutritivos e recursos agrícolas sustentáveis.

Diretriz 8.4 da Política

Capacitação de Empreendedores Sociais em Áreas Rurais e Comunidades Vulneráveis: Promover o desenvolvimento de startups focadas em resolver desafios sociais em áreas rurais e comunidades vulneráveis, como acesso a serviços financeiros, produção local de alimentos, desenvolvimento de competências e tecnologias agrícolas sustentáveis, contribuindo para o crescimento econômico regional, resiliência e capacitação.



Empoderamento e igualdade de gênero

Recomendação 9

Apoiar startups na liderança de iniciativas que promovam igualdade de gênero e empoderamento econômico, alinhadas com o ODS 5 (Igualdade de gênero) e ODS 8 (Trabalho digno e crescimento econômico), garantindo que mulheres e pessoas em situações vulneráveis sejam igualmente representadas em ecossistemas empreendedores.

Diretriz 9.1 da Política

Mulheres na Liderança: Promover políticas inclusivas de gênero que incentivem a nomeação de mulheres para cargos de liderança em startups, fomentando culturas empresariais diversas e inovadoras.

Diretriz 9.2 da Política

Igualdade de Gênero em STEM: Apoiar iniciativas que aumentem a participação de mulheres em áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), fornecendo mentoria, treinamento e oportunidades de networking para mulheres empreendedoras.

Diretriz 9.3 da Política

Programas de Capacitação e Mentoria: Desenvolver programas educacionais e de mentoria específicos focados em educação financeira, habilidades digitais e gestão empresarial para mulheres, garantindo oportunidades iguais para todas as empreendedoras.



Fortalecimento da governança corporativa em Startups

Recomendação 10

Estabelecer padrões sólidos de governança corporativa para startups que garantam transparência, responsabilidade e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), construindo confiança, atraindo investimentos e promovendo operações éticas e sustentáveis.

Diretriz 10.1 da Política

Governança Regular e Relatórios ESG: Fortalecer as práticas de governança, garantindo transparência e conformidade regulatória em todos os níveis organizacionais, com relatórios regulares sobre práticas ESG, promovendo um ambiente de negócios ético e responsável.

Diretriz 10.2 da Política

Adoção de uma Estrutura de Governança: Incentivar as startups a adotar uma estrutura de governança baseada nos pilares de Estratégia e Sociedade, Pessoas e Recursos, Tecnologia e Propriedade Intelectual, Processos e Responsabilidade e Social e Ambiental.



Padronização de informações de investimento

Recomendação 11

Padronizar contratos de investimento e estabelecer uma estrutura legal unificada para o investidor, garantindo maior segurança legal, reduzindo custos de conformidade e protegendo investidores em cenários de investimento tanto bem-sucedidos como malsucedidos.

Diretriz 11.1 da Política

Estrutura de Informações para Receber Investimentos: Estabelecer uma estrutura global para padronizar informações de investimento, reduzindo assimetria informacional entre investidores e empreendedores, definindo informações mínimas necessárias e frequência de atualização.

Diretriz 11.2 da Política

Padronização dos Contratos de Investimento: Promover a padronização dos contratos de investimento para startups para reduzir atritos e custos, ao mesmo tempo em que melhora a eficiência do financiamento para startups.

Diretriz 11.3 da Política

Segurança Legal para Investidores: Aumentar a segurança legal para investidores e empreendedores, reduzindo custos de conformidade por meio de contratos padronizados, criando um ambiente de investimento mais previsível e seguro.



Desbloqueio de capital por meio da tokenização e democratização de ativos

Recomendação 12

Promover a tokenização de ativos e patrimônio para startups, permitindo modelos de investimento mais líquidos, flexíveis e democratizados, possibilitando maior acesso ao capital para empreendedores e contribuindo para a inclusão financeira global.

Diretriz 12.1 da Política

Tokenização de Patrimônio de Startup: Facilitar a criação de estruturas regulatórias que apoiem a tokenização do patrimônio da startup, permitindo que investidores participem da propriedade fracionada e aumentando a liquidez dos investimentos de startups.

Diretriz 12.2 da Política

Padrões de Governança de Blockchain: Estabelecer padrões internacionais de governança de blockchain para garantir transações tokenizadas seguras e em conformidade legal para startups, reduzindo custos de transação e permitindo investimentos internacionais.

Diretriz 12.3 da Política

Ferramentas de Finanças Descentralizadas (DeFi) para Captação de Recursos: Incentivar startups a desenvolver ferramentas de finanças descentralizadas (DeFi) que reduzam custos de transação, fornecendo mecanismos alternativos de captação de recursos e maior transparência para investidores.

Diretriz 12.4 da Política

Acessibilidade de Investimento via Microtransações: Promover o uso de modelos de tokenização para habilitar microinvestimentos, permitindo que pequenos investidores contribuam para o crescimento de startups, ao mesmo tempo que reduzem as barreiras financeiras de entrada.



Recomendação 13

Promover modelos de financiamento misto que combinem recursos públicos, privados e de ONGs para dar suporte a startups de alto impacto focadas em sustentabilidade, particularmente em setores alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diretriz 13.1 da Política

Financiamento misto para Startups Deep-Tech e de Impacto: Criar mecanismos de financiamento misto que priorizem investimentos de longo prazo em startups trabalhando em inovações de tecnologia avançada e avanços científicos alinhados com os ODS, particularmente em energia limpa, tecnologia da saúde e resiliência climática.

Diretriz 13.2 da Política

Fundos de Garantia para Startups em Regiões Ricas em Biodiversidade: Estabelecer fundos de garantia internacionais para reduzir o risco de investimentos em startups operando em regiões ricas em biodiversidade, como a Amazônia, que contribuem para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.



Detalhando o contexto e os insights das recomendações

Recomendação 1

Estruturas regulatórias simplificadas e unificadas

Harmonizar regulamentações e **simplificar os processos de registro de startups** e de proteção de propriedade intelectual são etapas fundamentais para promover a inovação e permitir que startups prosperem globalmente. As startups geralmente enfrentam obstáculos significativos ao operar em diferentes jurisdições devido a exigências regulatórias variadas, o que resulta em incerteza jurídica, custos adicionais e atrasos. Essas barreiras podem limitar a capacidade de uma startup de crescer com eficiência e prejudicar seu potencial de competitividade global. Ao implementar uma estrutura regulatória simplificada e harmonizada, o ecossistema global de startups pode se tornar mais acessível, reduzindo barreiras operacionais e promovendo colaboração e inovação transfronteiriças.

Um aspecto crítico desse esforço de harmonização é a criação de uma definição clara e padronizada do que constitui uma startup. A **Estrutura de Definição de Startup**, originalmente proposta na Startup20 de 2023, foi complementada pelo grupo atual com os indicadores destacados abaixo, fornecendo uma abordagem estruturada que pode distinguir startups de outras formas de empresas pequenas e grandes.

Pessoa Jurídica	Idade	Porte	Escalabilidade	Inovação	Cultura
Empresa registrada	Até no máximo	Faturamento	Alta Escalabilidade	Tecnologia Inovação	Composição da equipe
Privada	Menor que	Contagem de Funcionários	Crescimento Rápido	Inovação de modelo de negócio	Adaptabilidade
Independente (Não é uma subsidiária)		Financiamento/ Investimento	Alavancagem tecnológica	STEM Funcionários / equipe de pesquisa	
		Não listada		Nível de prontidão tecnológica (TRL)	
				Tipo de inovação	

Ao alinhar as políticas globais com esta estrutura, os países podem garantir que suas regulamentações sejam adequadas à natureza única das startups, permitindo intervenções políticas mais direcionadas. Tal definição permite governança e alocação de recursos mais eficazes, promovendo um ambiente onde as startups podem prosperar.



Além disso, a necessidade de **estruturas regulatórias dinâmicas** que possam se adaptar às mudanças tecnológicas é fundamental. Tecnologias emergentes, como inteligência artificial e blockchain, estão remodelando indústrias inteiras, e as regulamentações devem ser flexíveis o suficiente para evoluir junto com esses avanços. Uma estrutura regulatória dinâmica garantiria que as startups pudessem inovar livremente, e essa flexibilidade é essencial para promover a inovação contínua e garantir a competitividade global em um mercado em rápida evolução.

Ao consolidar essas diretrizes (a simplificação regulatória, definições claras de startups, estruturas regulatórias adaptáveis e informações padronizadas de investimento), o ambiente de negócios global pode ser transformado em um que apoie ativamente o crescimento e a inovação das startups. Essa abordagem torna o ecossistema de startups mais resiliente e o prepara para enfrentar os desafios de um mercado global em constante evolução.

Recomendação 2

Diretrizes éticas e inovação responsável

Promover diretrizes éticas e garantir inovação responsável é essencial para equilibrar o progresso tecnológico com proteções sociais. À medida que as startups se aventuram cada vez mais em campos disruptivos, como inteligência artificial (IA) e blockchain, as estruturas devem ser projetadas não apenas para regular, mas para **facilitar o desenvolvimento responsável de tais tecnologias**. Ao garantir que as estruturas éticas sejam uma parte essencial do desenvolvimento de produtos, e que elementos como know-how e segredos comerciais sejam protegidos, as startups podem criar soluções que não apenas abordem desafios complexos, mas o façam de uma forma que se alinhe com valores sociais mais amplos.

Uma estrutura regulatória proporcional e baseada em risco também é vital para promover confiança, transparência e responsabilidade no desenvolvimento de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e blockchain. Isso significa adotar uma **abordagem flexível e específica ao contexto** que se ajuste às realidades dos diferentes setores, permitindo que as inovações tecnológicas prosperem sem serem sufocadas por regulamentações excessivamente restritivas ou desatualizadas. Proporcionalidade é a chave: regulamentações mais rigorosas devem ser aplicadas a cenários de maior risco, enquanto inovações com menor impacto devem se beneficiar de regras mais flexíveis. Isso garante que startups, muitas vezes operando com recursos limitados, possam inovar de forma responsável sem enfrentar encargos regulatórios desnecessários.

Tal estrutura também deve distinguir sabiamente as responsabilidades entre diferentes participantes, como desenvolvedores e implantadores. A definição clara dessas funções pode mitigar riscos, evitar ambiguidade e garantir que cada parte entenda e cumpra suas obrigações. Essa separação de responsabilidades não apenas fornece clareza jurídica, mas também cria um ambiente mais sólido para a inovação, pois garante que a responsabilidade seja atribuída adequadamente, sem inibir o desenvolvimento de tecnologias.

As startups e empresas menores frequentemente impulsionam a inovação do zero, oferecendo soluções criativas e ágeis para desafios locais. Ao reconhecer e incorporar essas inovações de base, os reguladores podem dar suporte a um ecossistema mais diverso e inclusivo, onde os participantes menores têm a oportunidade de contribuir significativamente ao lado de empresas maiores e mais estabelecidas.



Além disso, o desenvolvimento responsável de novas tecnologias, como a IA, requer **engajamento público contínuo**. Consultas públicas são essenciais para garantir que perspectivas diversas sejam consideradas, e que as regulamentações sejam elaboradas de forma a apoiar a inovação sem minar a confiança pública.

Também é importante destacar que startups e empresas dependem cada vez mais de grandes quantidades de dados disponíveis publicamente para treinar algoritmos, desenvolver novos produtos e oferecer soluções inovadoras. Portanto, estruturas que facilitam o uso de informações públicas, ao mesmo tempo em que defendem a privacidade e os direitos autorais, permitem um ecossistema de inovação sustentável.

Finalmente, o aumento de ativos tokenizados, finanças descentralizadas, IA e outras novas tecnologias traz novos desafios em termos de segurança cibernética. Criar proteções de segurança sólidas em novas tecnologias não se trata apenas de conformidade com regulamentações, mas também de promover a confiança. Portanto, as startups devem priorizar a segurança e a privacidade não apenas como uma exigência regulatória, mas como uma vantagem competitiva que pode diferenciá-las no mercado.

Por meio desses esforços combinados, as startups podem ser capacitadas para liderar a iniciativa no desenvolvimento tecnológico responsável. Isso garante que, à medida que tecnologias como IA e blockchain continuam a evoluir, elas o façam de uma forma que beneficie a sociedade como um todo, em vez de agravar os desafios existentes.

Recomendação 3

Parcerias e colaboração internacional

O desenvolvimento de estruturas regulatórias e políticas públicas que fortaleçam redes globais e promovam parcerias internacionais é necessário para criar um ecossistema de startups próspero. As startups hoje enfrentam não apenas desafios locais, mas também as complexidades de operar além das fronteiras, onde ambientes regulatórios, condições de mercado e acesso a recursos variam significativamente. A capacidade de navegar nesses cenários internacionais requer a criação de alianças e colaborações globais que apoiem as startups na expansão de suas operações, no acesso a novos mercados e no estabelecimento de parcerias com as principais partes interessadas, incluindo governos, investidores e grandes corporações.

Uma das etapas mais críticas para promover essas colaborações é o estabelecimento de **redes globais de startups**. Ao criar uma rede unificada que abrange as nações do G20, as startups podem obter acesso a uma gama mais ampla de recursos, talentos e oportunidades de mercado. Essa rede facilitaria o compartilhamento de melhores práticas, pesquisas e inteligência de mercado, ao mesmo tempo em que ofereceria aos empreendedores uma plataforma para se conectar com investidores, mentores e outros participantes importantes do ecossistema. As startups prosperam em ambientes onde fazem parte de uma comunidade que apoia seu crescimento, e uma rede global forneceria a infraestrutura necessária para as startups colaborarem além das fronteiras, acelerando seu crescimento e aumentando seu impacto.

Programas piloto internacionais são outra ferramenta poderosa para abordar desafios regulatórios compartilhados e testar soluções inovadoras em um ambiente controlado. Esses programas piloto oferecem um mecanismo para que os países avaliem o impacto de novas abordagens regulatórias e façam sua interação antes de uma implementação mais ampla.



Um sério desafio para startups que operam no mercado global é a **interoperabilidade de ativos e tecnologias digitais**. À medida que as startups dependem cada vez mais de plataformas digitais e sistemas descentralizados, garantir que esses sistemas possam interagir perfeitamente entre países é essencial para reduzir o atrito e permitir operações mais suaves. Padronizar protocolos para ativos digitais, tecnologias de blockchain e outras inovações emergentes é vital para criar um ambiente onde as startups podem inovar sem serem restringidas por sistemas regulatórios fragmentados. Ao desenvolver padrões de interoperabilidade, as nações do G20 podem promover um ecossistema financeiro global mais integrado, onde as startups podem escalar suas soluções digitais em mercados com barreiras mínimas.

A promoção de **sandboxes regulatórios** em escala internacional é outro fator-chave para promover a inovação e a colaboração. Esses sandboxes permitem que as startups testem novas tecnologias e modelos de negócios em um ambiente controlado e transfronteiriço, proporcionando a elas a oportunidade de abordar desafios regulatórios e, ao mesmo tempo, garantir a conformidade. Ao facilitar essas colaborações, os países podem criar um ambiente regulatório mais coeso que apoie a inovação e, ao mesmo tempo, proteja consumidores e empresas.

Por fim, **políticas de dados abertos e fluxos de dados transfronteiriços** são essenciais para o crescimento contínuo de startups em um mundo cada vez mais digital. O acesso a dados é crucial para startups que desenvolvem IA, aprendizado de máquina e outras tecnologias baseadas em dados. Ao promover iniciativas de dados abertos e facilitar o fluxo livre de dados entre países, os governos podem dar suporte a startups no acesso às informações de que precisam para inovar e escalar.

Recomendação 4

Educação e capacitação

As startups, especialmente aquelas que trabalham em tecnologias emergentes como IA, blockchain e finanças digitais, exigem uma base sólida nessas áreas para serem competitivas e inovadoras. Investir em educação, com foco especial em grupos sub-representados, não é apenas um imperativo econômico, mas também social, garantindo que os benefícios da inovação sejam distribuídos de forma igualitária.

Um componente essencial desse esforço é investir em **programas educacionais** focados em inteligência artificial, blockchain e outras inovações tecnológicas. Tais programas devem ir além do treinamento básico, fornecendo às startups conhecimento profundo e prático que lhes permita ultrapassar os limites do que essas tecnologias podem alcançar.

O desenvolvimento de **capacidade em finanças digitais** é outra área crítica. Startups precisam de acesso a programas que as ensinem a administrar finanças em uma economia digital, navegar em sistemas financeiros complexos e participar efetivamente no mercado digital global. Programas de educação financeira adaptados às necessidades das startups podem capacitar os fundadores a tomar decisões informadas sobre capital, risco e estratégias de crescimento, garantindo seu sucesso a longo prazo. Além disso, à medida que a economia global se torna cada vez mais tokenizada e dependente de ativos digitais, as startups precisarão desenvolver capacidade em áreas como finanças descentralizadas (DeFi) e sistemas financeiros baseados em blockchain para permanecerem competitivas.



Promover a educação empreendedora é igualmente importante, pois fomenta uma cultura de inovação e crescimento econômico. Geralmente, as startups são conduzidas por pessoas com visão e criatividade, mas que podem não ter a perspicácia empresarial necessária para escalar suas ideias em empreendimentos sustentáveis. Os programas de educação empreendedora podem ajudar a preencher essa lacuna, fornecendo aos fundadores as ferramentas para desenvolver estratégias de negócios, gerenciar equipes e navegar pelos cenários regulatórios dos mercados em que operam.

Outro elemento essencial é incentivar a **pesquisa e o desenvolvimento (P&D)**. As startups devem ter acesso a instalações de P&D e ser incentivadas a investir em tecnologias de ponta. Os governos e os setores privados devem trabalhar juntos para criar políticas que apoiem as startups em sua busca por novas fronteiras tecnológicas. Ao investir em P&D, as startups podem desenvolver inovações revolucionárias que não apenas impulsionam seu sucesso, mas também contribuem para avanços econômicos e sociais maiores. O suporte a tecnologias de IA responsáveis, por exemplo, pode ajudar a mitigar riscos ao mesmo tempo em que acelera o progresso em campos que estão transformando a economia global.

Recomendação 5

Sistemas digitais e financeiros inclusivos

Ao estabelecer estruturas regulatórias que exijam a criação de infraestruturas financeiras digitais projetadas para serem **acessíveis a populações diversas**, incluindo aquelas em áreas remotas ou carentes, os governos podem garantir que ninguém seja deixado para trás na economia digital. Isso envolve mais do que apenas expandir o acesso à internet. Requer projetar sistemas que sejam fáceis de usar, seguros e capazes de atender às necessidades específicas de populações vulneráveis. Esses sistemas também devem ser econômicos, garantindo que altas taxas não se tornem uma barreira ao acesso.

Esforços governamentais coordenados também são necessários para a implementação bem-sucedida de **moedas digitais de banco central (CBDCs)** e a regulamentação de ativos digitais. À medida que o mundo avança em direção a uma economia mais tokenizada, é vital que os governos não apenas invistam na infraestrutura necessária para essa transição, mas também garantam que as estruturas regulatórias acompanhem os avanços tecnológicos. Isso inclui apoiar iniciativas educacionais que equipam as startups e indivíduos com o conhecimento necessário para navegar neste novo cenário, bem como garantir que a infraestrutura seja sólida o suficiente para suportar a adoção generalizada de soluções financeiras digitais.

Por fim, introduzir incentivos fiscais e benefícios regulatórios para startups que se concentram em resolver desafios sociais (como fornecer acesso a serviços financeiros para comunidades carentes ou desenvolver tecnologias que promovam crescimento econômico inclusivo) pode impulsionar investimentos em setores com potencial para reduzir a desigualdade. Priorizar iniciativas focadas em inclusão financeira, empoderamento econômico e equidade digital garante que os benefícios da inovação tecnológica sejam amplamente compartilhados, em vez de concentrados em alguns setores ou regiões.



Recomendação 6

Energia renovável e soluções baseadas na natureza (NbS, Nature-Based Solutions) para resiliência climática

A adoção de **tecnologias de energia renovável** é uma das maneiras mais eficazes de reduzir as emissões de carbono e fazer a transição para um futuro de energia sustentável, apoiando diretamente o **ODS 7 (Energia limpa e acessível)**. As startups deste campo estão trabalhando em uma ampla gama de tecnologias, desde energia solar e eólica até inovações mais avançadas, como armazenamento de energia e sistemas de rede inteligente. Ao promover a adoção dessas tecnologias, especialmente em regiões carentes, as startups podem ajudar a garantir que a energia limpa seja acessível e barata para todos, apoiando as metas globais de redução da dependência de combustíveis fósseis e atingindo emissões líquidas zero.

A inovação em tecnologias resilientes ao clima também se alinha com o **ODS 13 (Ação contra mudança global do clima)**. De tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS) a iniciativas de restauração de ecossistemas, como reflorestamento e preservação de pântanos, as startups são soluções pioneiras que ajudam a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, enquanto restauram ecossistemas naturais, apoiando a **ODS 15 (Vida Terrestre)**. Essas tecnologias não apenas reduzem as emissões de gases de efeito estufa, mas também aumentam a biodiversidade, protegem os recursos hídricos e melhoram a saúde do solo, tornando as comunidades mais resilientes a eventos climáticos extremos.

Em áreas urbanas, as startups estão desempenhando um papel fundamental na integração de NbS em projetos de infraestrutura, contribuindo para o **ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)**. O **conceito de "cidade esponja"**, por exemplo, usa infraestrutura natural para gerenciar águas pluviais e reduzir inundações, e as startups estão na vanguarda do desenvolvimento dessas abordagens inovadoras. Ao incorporar NbS no planejamento urbano, as cidades podem se tornar mais resilientes à frequência crescente de eventos climáticos extremos, ao mesmo tempo em que melhoram a qualidade de vida de seus moradores por meio da criação de espaços verdes e da melhoria da qualidade do ar.

Recomendação 7

Práticas de economia circular por meio de Startups

À medida que a economia global muda para práticas mais sustentáveis, as startups estão posicionadas para liderar o caminho na criação de sistemas circulares que minimizam o impacto ambiental e fazem uso eficiente dos recursos, contribuindo para o **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)**.

O foco na **reciclagem e upcycling** é um componente essencial da economia circular. As startups especializadas em converter materiais residuais em recursos novos e valiosos estão ajudando a fechar o ciclo do uso de materiais, reduzindo a dependência de recursos virgens. Ao criar sistemas de ciclo fechado, essas startups contribuem para reduzir o volume de resíduos enviados para aterros sanitários e promover processos de produção mais sustentáveis. O papel das startups neste espaço é inovar e escalar soluções que transformem resíduos em matérias-primas para uso posterior, o que é fundamental para reduzir os danos ambientais e conservar recursos.



O projeto de produtos sustentáveis também é uma área-chave onde as startups estão liderando a mudança. Ao priorizar a durabilidade, a reutilização e a eficiência de materiais, as startups estão impulsionando a mudança do modelo linear de “pegar, fazer, descartar” para um em que os produtos são projetados visando a longevidade. Isso inclui projetar produtos que podem ser facilmente reparados, reutilizados ou reaproveitados, garantindo que os materiais dentro deles mantenham seu valor pelo maior tempo possível. As startups na economia circular geralmente estão na vanguarda do desenvolvimento desses projetos inovadores, pressionando as indústrias a adotar práticas mais sustentáveis.

Também é importante apoiar as startups no desenvolvimento de **tecnologias de conversão de resíduos em recursos** para a transição para uma economia circular. Essas tecnologias permitem a transformação de fluxos de resíduos em produtos valiosos, criando oportunidades econômicas e reduzindo o impacto ambiental. Seja por meio do desenvolvimento de materiais de base biológica, recuperação de energia ou criação de matérias-primas secundárias, as startups são essenciais para reimaginar os resíduos como um recurso. Suas inovações são essenciais para desbloquear novos modelos de negócios que sejam não apenas lucrativos, mas também sustentáveis.

Recomendação 8

Empreendedorismo Social, Inclusão Financeira e Segurança Alimentar

Apoiar startups na liderança de iniciativas de empreendedorismo social que promovam inclusão financeira, empoderamento e segurança alimentar é essencial para abordar alguns dos desafios mais urgentes do mundo, particularmente aqueles descritos no **ODS 1 (Erradicação da Pobreza)**, **ODS 2 (Fome Zero)** e **ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Econômico)**. As startups neste campo são pioneiras em soluções inovadoras que abordam os problemas duplos de exclusão econômica e insegurança alimentar, especialmente em comunidades rurais e vulneráveis.

Em muitas regiões, fazendeiros e pequenos produtores **não têm acesso a ferramentas financeiras essenciais**, como microcrédito, que podem ajudá-los a investir em práticas agrícolas sustentáveis, comprar equipamentos necessários e enfrentar a instabilidade financeira frequentemente associada à agricultura. Ao promover o empreendedorismo social focado em fornecer inclusão financeira a essas comunidades, as startups podem capacitar empreendedores agrícolas para melhorar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, contribuir para o crescimento econômico regional.

Da agricultura de precisão às práticas agrícolas regenerativas, as startups estão na vanguarda da criação de tecnologias que aumentam a produtividade das colheitas, reduzem o impacto ambiental e promovem o uso sustentável dos recursos naturais. Essas inovações são particularmente importantes em regiões que enfrentam o impacto das mudanças climáticas, onde a resiliência agrícola é essencial para a segurança alimentar. Ao apoiar startups que desenvolvem e implementam essas tecnologias, os governos podem garantir que os sistemas de produção de alimentos estejam mais bem equipados para atender às necessidades de populações em crescimento, minimizando a degradação ambiental.

As **parcerias público-privadas** são fundamentais para escalar esses esforços, particularmente no fornecimento de financiamento e conhecimento técnico necessários para implementar soluções inovadoras em segurança alimentar. Ao promover a colaboração entre governos, ONGs e startups, essas parcerias podem garantir que os recursos sejam canalizados de forma eficaz para projetos que tenham um impacto



tangível na redução da fome e na melhoria do acesso a alimentos nutritivos. Essa colaboração também ajuda a garantir que as startups tenham o apoio financeiro e logístico necessários para escalar suas soluções, permitindo que alcancem mais comunidades e criem mudanças duradouras.

Promover o empreendedorismo social em áreas rurais e comunidades vulneráveis é igualmente crucial. As startups focadas em resolver desafios sociais nessas regiões, como acesso à capacitação, produção local de alimentos e serviços financeiros, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico regional. Ao fornecer aos empreendedores sociais e rurais as ferramentas e o suporte de que precisam, essas startups ajudam a construir economias locais mais resilientes, reduzindo a dependência de ajuda externa e promovendo o crescimento sustentável internamente.

Em alinhamento com as prioridades do G20 Brasil, propõe-se estabelecer a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, fornecendo uma estrutura e governança sólidas. Em sua essência, essa iniciativa integrará políticas públicas que já demonstraram resultados positivos ao identificar e atender efetivamente às necessidades da população-alvo. Exemplos notáveis dessas políticas incluem:

- ◆ **Cadastro Único:** Um instrumento para coleta de dados que visa identificar todas as famílias de baixa renda do país para inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda - Governo Federal.
- ◆ **Bolsa Família:** Programa Nacional de Transferência de Renda - Governo Federal.
- ◆ **PRONAF:** Programa Nacional da Agricultura Familiar (PNAE e PAA) - Governo Federal.
- ◆ **Programas de Microcrédito:** Organizações e fintechs que oferecem um tipo de empréstimo concedido a microempreendedores formais e informais que precisam investir em seus negócios.
- ◆ **Cozinhas Solidárias:** Como iniciativa complementar, o Programa Cozinha Solidária recebe apoio governamental no planejamento e delineamento de ações estratégicas voltadas para experiências locais no fornecimento e oferta de refeições para pessoas e famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional.

Recomendação 9

Empoderamento e igualdade de gênero

Apoiar startups que lideram iniciativas focadas em igualdade de gênero e empoderamento econômico é crucial para atingir as metas do **ODS 5 (Igualdade de Gênero)** e **ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Econômico)**. As startups desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão, criando oportunidades para mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade em ecossistemas empreendedores, que historicamente têm sido dominados por uma demografia restrita. Ao capacitar esses grupos, as startups ajudam a promover liderança diversa, acesso igualitário a serviços financeiros e crescimento econômico inclusivo.

Além do acesso a serviços financeiros, as startups e PMEs têm potencial significativo para reduzir disparidades. Embora a equidade salarial seja a abordagem mais direta, abordar



a economia de cuidados é igualmente crucial. Fornecer acesso a creches, horários de trabalho flexíveis e opções de trabalho híbrido para mulheres, que tradicionalmente carregam o fardo de ser cuidadora e vários turnos de trabalho, são compromissos vitais que podem ajudar a reequilibrar essas desigualdades e promover uma força de trabalho mais inclusiva.

Promover **mulheres na liderança** dentro de startups também é essencial para promover culturas empresariais inclusivas que reflitam a diversidade da sociedade em geral. As startups que adotam políticas inclusivas de gênero não apenas se beneficiam de perspectivas diversas, mas também dão o exemplo para a comunidade empresarial no geral. Incentivar mulheres a assumir papéis de liderança ajuda a dismantelar barreiras sistêmicas, criando um ecossistema mais igualitário onde a inovação é impulsionada por uma variedade de vozes e experiências. Movimentos privados devem ter como objetivo aumentar a representação de mulheres nas diretorias das startups e PMEs como uma medida prática.

Reassegurar a **igualdade de gênero em campos STEM** também é altamente recomendado. As mulheres ainda são sub-representadas em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), o que limita sua participação em setores que estão impulsionando o avanço tecnológico. Ao apoiar oportunidades de mentoria, treinamento e networking para mulheres em STEM, as startups podem ajudar a diminuir a lacuna de gênero nessas indústrias. Aumentar a representação feminina em STEM não se trata apenas de justiça, mas também de desbloquear o potencial inexplorado e a inovação que vêm de uma força de trabalho mais diversa.

Dada a flexibilidade que as startups e PMEs podem oferecer, bem como a alta competitividade para atração de talentos, é recomendável que o setor privado e organizações setoriais desenvolvam **programas específicos de mentoria e capacitação**, com mentores e profissionais diversos, que tenham soft skills especializadas, incluindo escuta ativa e empatia. Tais programas, além de terem baixos custos de implementação, permitem de forma eficiente a reinserção e capacitação de mulheres no mercado de trabalho.

A criação de programas com equipes especializadas também permite ações altamente nichadas e com alto potencial de impacto, como programas focados em populações geograficamente locais (por exemplo, na Amazônia), promovendo a inclusão de mais mulheres em startups e tecnologia e garantindo que os investimentos efetivamente alcancem as mulheres nessas regiões, que são cruciais para os esforços globais de ESG. Esses programas também podem ter como alvo grupos tradicionalmente sub-representados, como raciais, étnicos e pessoas em situação de vulnerabilidade. Além disso, oferecer treinamento em parceria com a sociedade civil e órgãos públicos permite a contribuição direta do setor privado para a **reabilitação de mulheres em situações de vulnerabilidade** (como vítimas de violência doméstica ou desabrigadas), reduzindo potencialmente o custo de contratação de cargos que não exigem alta especialização (nível de entrada).

Fortalecimento da governança corporativa em Startups

À medida que as startups contribuem cada vez mais para a economia global, estruturas sólidas de governança corporativa são essenciais para seu crescimento sustentável e sucesso a longo prazo. A estrutura recomendada, desenvolvida pelo atual grupo Startup20, descreve um caminho seguro, levando à evolução gradual da adoção de princípios de governança corporativa e melhores práticas em startups e scale-ups. Com base no modelo apresentado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, são considerados cinco pilares essenciais:

- ◆ **Estratégia e Sociedade** refere-se ao alinhamento da visão, missão e valores de longo prazo da startup com as expectativas da sociedade. Ao formalizar relacionamentos e responsabilidades entre fundadores e partes interessadas, as startups podem criar estruturas de governança claras que apoiam a tomada de decisões estratégicas e garantem que o impacto social esteja em primeiro plano nas suas operações. Este pilar garante que as startups tenham uma base sólida para o crescimento, mantendo padrões éticos em suas contribuições sociais.
- ◆ **Pessoas e Recursos** focam na gestão eficaz de recursos humanos e materiais. As startups devem priorizar a aquisição de talentos, retenção e planejamento de sucessão, garantindo que as principais funções sejam preenchidas por indivíduos alinhados aos valores e objetivos da empresa. A gestão de recursos também envolve a alocação cuidadosa de ativos tangíveis e intangíveis, otimizando o uso de recursos para impulsionar a inovação e o crescimento, mantendo a governança ética.
- ◆ **Tecnologia e Propriedade Intelectual** garantem que as startups possam proteger seus produtos e serviços inovadores por meio de gerenciamento rigoroso de sua propriedade intelectual e soluções tecnológicas escaláveis. Como as startups estão na vanguarda da inovação, este pilar enfatiza a necessidade de garantir direitos de propriedade intelectual e implementar tecnologias que se adaptem às demandas do mercado. Isso promove a sustentabilidade da vantagem competitiva das startups, ao mesmo tempo em que protege seu conhecimento proprietário.
- ◆ **Processos e Responsabilidade** envolve a criação de processos claros para tomada de decisão, controle financeiro e gerenciamento de risco. As startups devem desenvolver contratos formais, controles internos e termos de uso que sustentem a transparência e a responsabilidade em todas as suas operações. Ao estabelecer mecanismos sólidos de responsabilidade, as startups podem criar a confiança de investidores, parceiros e clientes, garantindo a conformidade com os requisitos regulatórios e padrões éticos.
- ◆ **Social e Ambiental** concentra-se em promover a responsabilidade social e minimizar o impacto ambiental. As startups devem integrar práticas que promovam diversidade, igualdade e inclusão em suas organizações, ao mesmo tempo em que adotam práticas sustentáveis que reduzem sua pegada ambiental. Ao se envolverem em governança social e ambiental responsável, as startups podem contribuir com os esforços globais para atingir os ODSs, posicionando-se como líderes no movimento em direção a práticas comerciais mais sustentáveis e igualitárias.



incorporar esses pilares em estruturas de governança garante que as startups estejam não apenas alinhadas com as melhores práticas internacionais, mas também posicionadas para escalar de forma responsável. A governança regular e os relatórios ESG garantirão transparência e responsabilidade em todas as áreas. Ao incorporar essas práticas desde o início, as startups podem atrair investimentos, promover a inovação e construir um modelo de negócios resiliente que priorize a responsabilidade ética, social e ambiental.

Recomendação 11

Padronização dos Contratos de Investimento

Ao reduzir a assimetria de informações entre investidores e startups, uma **estrutura padronizada para dados de investimento** aumentaria a transparência e a confiança. Isso envolveria a criação de um formato obrigatório para os dados que as startups devem fornecer, bem como diretrizes sobre a frequência com que essas informações devem ser atualizadas. Essa transparência facilitaria um fluxo mais suave de capital para as startups, permitindo que os investidores tomem decisões mais informadas. A redução das barreiras informacionais é essencial para garantir que startups com alto potencial possam acessar os recursos financeiros necessários para escalar e inovar de forma eficaz.

Criar **contratos de investimento padronizados** e estabelecer uma estrutura legal unificada para o papel dos investidores são essenciais para aumentar a segurança jurídica e reduzir os custos de conformidade, particularmente em transações transfronteiriças. As startups frequentemente enfrentam atritos significativos ao lidar com estruturas legais variadas em diferentes jurisdições, o que complica os processos de investimento e aumenta os riscos tanto para investidores quanto para empreendedores. Ao introduzir contratos padronizados, inspirados em modelos como SAFE (Contrato simples para capital futuro, em inglês Simple Agreement for Future Equity), o cenário de investimento para startups pode se tornar mais simplificado e previsível, reduzindo barreiras legais e operacionais que normalmente dificultam o financiamento em estágio inicial.

A padronização de contratos de investimento fornece vários benefícios importantes. Primeiro, reduz a complexidade da negociação de termos entre startups e investidores, criando uma linguagem jurídica comum na qual ambas as partes podem confiar. Isso ajuda a agilizar o processo de investimento, permitindo que as startups se concentrem mais no crescimento e na inovação em vez de longas negociações jurídicas. Além disso, contratos padronizados reduzem os custos de conformidade, principalmente para startups que operam em várias jurisdições, pois podem usar termos consistentes que atendem às normas internacionais sem precisar se adaptar à estrutura jurídica exclusiva de cada país.

Por fim, aumentar a **segurança jurídica para os investidores** é particularmente importante em ambientes onde as startups podem enfrentar riscos maiores. Ao formalizar proteções para investidores de risco, mais capital pode ser atraído para as startups, pois os investidores se sentem mais seguros sabendo que suas contribuições estão legalmente protegidas tanto em cenários bem-sucedidos quanto em malsucedidos.



Recomendação 12

Desbloqueio de capital por meio da tokenização e democratização de ativos

A tokenização e a democratização de ativos representam oportunidades inovadoras para as startups acessarem novas formas de capital e para investidores se envolverem em modelos de investimento mais líquidos e flexíveis. Ao promover a tokenização de ativos e patrimônio de startups, esta recomendação busca remover barreiras ao financiamento e tornar o investimento mais acessível a uma gama maior de investidores. A tokenização permite que as startups fracionem a propriedade, oferecendo investimentos menores e mais gerenciáveis que atraem um grupo diversificado de investidores, que podem não ter os meios para participar de rodadas de investimento tradicionais.

A capacidade de **tokenizar o patrimônio de startups** é uma inovação que pode revolucionar a maneira como empresas em estágio inicial levantam capital. Ao permitir que investidores possuam ações fracionadas de uma empresa, as startups podem acessar uma base de investidores mais ampla, aumentando a liquidez e facilitando rodadas de captação de recursos mais rápidas. Esta abordagem não só beneficia as startups, fornecendo a elas acesso mais rápido ao capital de que precisam para escalar, mas também democratiza o processo de investimento, dando a pequenos investidores oportunidades de apoiar startups de alto potencial.

Criar **padrões internacionais de governança de blockchain** é fundamental para garantir a segurança e a legalidade de transações tokenizadas. À medida que as startups adotam cada vez mais a tecnologia blockchain para fins operacionais e de arrecadação de fundos, é importante ter uma estrutura regulatória clara que proteja investidores e empreendedores. Essa estrutura de governança ajuda a padronizar como os ativos tokenizados são emitidos, negociados e gerenciados, reduzindo os riscos associados às finanças descentralizadas e, ao mesmo tempo, promovendo a inovação.

O desenvolvimento de **ferramentas de finanças descentralizadas (DeFi)** para arrecadação de fundos apresenta outra fronteira de inovação. Essas ferramentas oferecem às startups maneiras alternativas de levantar capital, geralmente com custos mais baixos e maior transparência do que os sistemas financeiros tradicionais. Ao incorporar contratos inteligentes e plataformas descentralizadas, o DeFi permite que as startups alcancem investidores globais, ignorando os intermediários financeiros tradicionais. Essa inovação promove maior inclusão no ecossistema de investimento de startups, permitindo acesso ao capital para empreendedores em regiões onde o capital de risco tradicional é escasso.

A **acessibilidade ao investimento por meio de microtransações** deve ser promovida. A tokenização permite investimentos menores e mais flexíveis, facilitando a participação de um grupo maior de investidores. Essa democratização do investimento fornece às startups um conjunto maior de apoiadores em potencial, ao mesmo tempo em que dá a mais indivíduos a oportunidade de investir em startups de alto crescimento, promovendo assim um ecossistema de startups mais inclusivo e dinâmico.

Por fim, a **colaboração transfronteiriça na inovação de blockchain** é crucial para garantir que ativos tokenizados e soluções financeiras descentralizadas possam operar perfeitamente em diferentes jurisdições. Ao harmonizar estruturas regulatórias para investimentos baseados em blockchain, as nações do G20 podem reduzir o atrito em transações transfronteiriças e dar suporte ao desenvolvimento de startups que estão alavancando a tokenização. Isso permitirá que startups levantem capital de investidores globais e se expandam para mercados internacionais com menos barreiras legais.



Recomendação 13

Financiamento misto

Modelos de financiamento misto, que combinam recursos públicos, privados e filantrópicos, oferecem uma abordagem transformadora para apoiar startups de alto impacto, particularmente aquelas focadas em sustentabilidade e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As startups que trabalham em áreas como energia limpa, tecnologia da saúde e resiliência climática geralmente exigem investimentos de longo prazo que os modelos de financiamento tradicionais relutam em fornecer. O financiamento misto oferece uma solução ao reduzir o risco desses investimentos e atrair capital privado para setores que são cruciais para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

A criação de **mecanismos de financiamento misto** que priorizam startups que trabalham em avanços científicos e de deep-tech é essencial para promover a inovação. Essas startups geralmente operam em áreas que exigem capital paciente, dados os altos riscos e longos ciclos de desenvolvimento associados a tecnologias de ponta. Ao criar estruturas financeiras que combinam fundos públicos com capital privado, é possível desbloquear investimentos significativos para startups que trabalham em tecnologias transformadoras que podem impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Estabelecer **fundos de garantia** para startups em regiões ricas em biodiversidade é outro componente essencial desta recomendação. Regiões como a Amazônia, por exemplo, abrigam imensos recursos naturais que, se administrados de forma sustentável, podem contribuir para a conservação ambiental e para o crescimento econômico. Os fundos de garantia ajudam a reduzir o risco de investimentos em startups que operam nessas áreas, fornecendo a segurança financeira de que os investidores precisam para apoiar empreendimentos focados na preservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que promovem meios de subsistência sustentáveis para comunidades locais.



Considerações finais

O Comunicado Startup20 propõe o avanço do ecossistema global de startups por meio da colaboração, inovação e alinhamento regulatório. À medida que o mundo continua a enfrentar desafios sem precedentes, que vão desde mudanças climáticas até desigualdade econômica, as startups estão posicionadas de forma única para impulsionar soluções que promovam sustentabilidade, inclusão e resiliência econômica.

Ao longo deste documento, delineamos recomendações importantes destinadas a **capacitar startups para liderar em áreas como inovação responsável, igualdade de gênero, inclusão financeira e sustentabilidade ambiental**. Essas recomendações, desenvolvidas em colaboração com um conjunto diversificado de partes interessadas, fornecem um caminho claro para governos, investidores e empreendedores apoiarem o crescimento e a escalabilidade de startups nas nações do G20.

Ao adotar a harmonização regulatória, diretrizes éticas para tecnologias emergentes e promover parcerias internacionais, o grupo Startup20 Brasil estabeleceu as bases para um ecossistema de startups dinâmico e inclusivo que está pronto para moldar o futuro. As iniciativas apresentadas não são apenas oportunas, mas também essenciais para abordar prioridades globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

À medida que avançamos, é essencial que as nações do G20 continuem trabalhando juntas, **garantindo que as startups estejam equipadas com as ferramentas e recursos de que precisam para prosperar em um cenário global em rápida evolução**. Colaboração, inovação e governança responsável serão os pilares sobre os quais o ecossistema global de startups pode construir um futuro mais sustentável e equitativo.

Este comunicado representa um compromisso coletivo de apoiar o crescimento das startups e garantir que elas permaneçam na vanguarda da solução dos desafios mais urgentes do mundo. Juntos, por meio da visão compartilhada e das estratégias descritas aqui, podemos desbloquear todo o potencial do ecossistema global de startups e gerar impacto significativo e de longo prazo para todos.





Glossário

Financiamento misto: Um modelo de financiamento que combina recursos públicos, privados e filantrópicos para reduzir o risco de investimento e atrair capital privado para setores que contribuem para o desenvolvimento sustentável, como energia limpa e empresas sociais.

Blockchain: Uma tecnologia de contabilidade descentralizada e distribuída que registra transações em vários computadores de uma forma que garante segurança, transparência e imutabilidade.

Captura e armazenamento de carbono (CAC): Uma tecnologia projetada para capturar emissões de dióxido de carbono de processos industriais ou da atmosfera e armazená-las no subsolo para evitar sua liberação na atmosfera.

Moeda digital do banco central (CBDC): uma forma digital de moeda emitida e regulamentada por um banco central que é centralizada e visa fornecer um método de pagamento digital seguro e eficiente, potencialmente substituindo ou complementando o dinheiro físico.

Economia circular: Um sistema econômico que visa minimizar o desperdício e aproveitar ao máximo os recursos reutilizando, reciclando e projetando produtos para longevidade, em vez de seguir o modelo tradicional de “extrair-produzir-descartar”.

Finanças Descentralizadas (DeFi): Um sistema de produtos financeiros desenvolvidos na tecnologia blockchain que permite transações pessoa a pessoa sem intermediários tradicionais como bancos, reduzindo custos e aumentando a transparência.

ESG (Ambiental, Social e Governança): Uma estrutura usada para avaliar o impacto de uma empresa no meio ambiente, sua responsabilidade social e suas práticas de governança. Ele avalia como as empresas gerenciam riscos e oportunidades relacionados a fatores ambientais e sociais.

Propriedade fracionada: Um método de dividir a propriedade de um ativo em ações menores e fracionárias, permitindo que vários investidores mantenham a propriedade parcial e tornando ativos de alto valor mais acessíveis.

Fundos de garantia: Mecanismos financeiros que fornecem segurança aos investidores garantindo uma parte do investimento, reduzindo assim o risco de investir em setores de alto impacto ou alto risco, como energia limpa ou conservação da biodiversidade.

Sandboxes regulatórios: Ambientes controlados onde startups podem testar produtos, serviços e modelos de negócios inovadores sob condições regulatórias flexibilizadas, com supervisão de reguladores para garantir a conformidade e abordar riscos potenciais.

Contratos inteligentes: Contratos autoexecutáveis com os termos do acordo escritos diretamente em linhas de código. Eles executam transações automaticamente quando condições predeterminadas são atendidas, geralmente usadas em sistemas baseados em blockchain.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma coleção de 17 objetivos globais definidos pelas Nações Unidas com o objetivo de abordar desafios globais como pobreza, desigualdade, mudança climática e degradação ambiental até 2030.

Tokenização: O processo de conversão de direitos ou ativos em um token digital que pode ser negociado em um blockchain. Ela permite propriedade fracionada e pode aumentar a liquidez em mercados tradicionalmente ilíquidos.



Agradecimentos

LIDERANÇA STARTUP20 BRASIL

Ingrid Barth - Presidente da Abstartups e do Startup20

Felipe Matos - Vice-Presidente da Abstartups

Mariane Takahashi - CEO da Abstartups

Barbara Furiati - Diretora de Políticas Públicas e Sherpa do Startup20

Claudia Schulz - Diretora de Programas Especiais para Startups e Ecossistemas

PARCEIRO DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Prado Vidigal Advogados

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FORÇA-TAREFA DE REGULAMENTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LÍDERES

Rodrigoh Henriques - Líder da Força-tarefa

Sara Oliveira - Gerente de Projeto da Força-tarefa

Caroline Gonzaga - Co-coordenadora do Grupo de Trabalho de Inovação

Letícia Málaga - Co-coordenadora do Grupo de Trabalho de Inovação

Karina Almeida - Coordenador do Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional

Eitan Blanche - Coordenador do Grupo de Trabalho de IA Responsável

Gustavo Cunha - Coordenador do Grupo de Trabalho de Tokenização, Ativos Digitais e CBDCs

PARTICIPANTES

Adriana Rollo

Anne chang

Arthur Martirosian

Ashok Kandasamy Shanmugam

Bernardo Srur

Carina de Castro Quirino

Caroline Gonzaga

Chintan Vaishnav

Chris Haley

Claudia Abbas

Daniel de Paiva Gomes

Daniel Marques

Daniele Kleiner Fontes

Danielle Teixeira

Dr. Krantisagar More

Eduardo Oliveira

Eitan Blanche

Felipe Massami Maruyama

Felipe Matos

Fernando Gomes de
Oliveira Dias Neias

Fernando Tohme

Filipe Thompson

Flávia de Moraes Dutra

Franca Plewe

Gabriel Almeida de Oliveira

Gabriela Aguiar

Guilherme Hoppe de Souza

Gustavo Berger

Gustavo Cunha

Henna Kuvadia

Hoda Alkhzaimi

Joelson Vellozo

Juliana Moura Bueno

Karina Chuquimia

Karina de Oliveira Almeida

Karolina Celi Tavares Bezerra

Kauana Cassel

Laura Trachtenberg Hauser

Leandro de Carvalho

Nascimento

Letícia Gerard Tavares Málaga

Liria Knutti

Livia Maria da Silva Ramos Brito

Lorena Borges Botelho

Luis Fernando Prado

Luís Guilherme Izycki

Manish Sharma

Marcelo Cavalcanti Rabello

Deschamps d'Alvarenga

Márcia Thimóteo

Marcos Aurélio Pedroso

Massimo Preziuso

Mikhail Gusev

Natasja Savério

Renata Horta

Rodolfo Fücher

Rodrigo Scotti

Rodrigoh Henriques

Rogério Melfi

Rohit Kumar

Sagar Kalra

Sara Oliveira

Sezen Gungor

Stacey-Renee Davis

Thaiane Coelho dos Santos

Thais Ferreira Loureiro

Vinayak Nath

Vivek Kumar Jha



FORÇA-TAREFA ESG

LÍDERES

Alessandra Gonçalves de França - Líder da Força-Tarefa
Andrea Murari Federmann - Relatora da Força-Tarefa
Lennon Medeiros - Coordenador do Eixo Ambiental
Marcelo Creão - Relator do Eixo Ambiental
Renata Avila - Relatora do Eixo Ambiental
Luiz Maia - Coordenador do Eixo Social
Rafaela Cavalcanti - Relatora do Eixo Social
Tino Gomes - Relator do Eixo Social
Mauricio Rodrigues - Relator do Eixo Social
Liria Knutti - Coordenador do Eixo de Governança
Simone Alves - Relatora do Eixo de Governança
Geovana Quadros - Coordenadora do Eixo Igualdade de Gênero
Anne Chang - Relatora do Eixo Igualdade de Gênero

CONSULTORES

Leandro Patrick Barbosa - Consultor do Eixo Ambiental
Neuza Millene - Consultora do Eixo Ambiental
Sreevas Sahasranamam - Consultor do Eixo Ambiental

PARTICIPANTES

Andrea Motta	Macaulay Souza
Anne Wilians	Marcelo Alencar
Bruno Okamoto	Marco Aurélio Chaves
Cassio Spina	Mauro Cardoso
Celina Pimenta	Mayra Martins Cardozo
Clarita Costa Maia	Márcia Ferraresi de Araujo
Cristina Sardenberg da Rocha Azevedo	Natalia Braulio dos Santos
Elaine Prates	Pedro Sotomaior
Fabírcia Sterce	Raquel Teixeira
Gabriel Theodoro	Rodolfo Fücher
Giancarlo Netto Berry	Roldão Alves de Barros Junior
Giovana Pacini	Sandra Sinicco
Giulia Ajmone Marsan	Solange Feliciano
Henrique Vasconcelos	Solange Feliciano da Silva
Icoana Laís	Thais Cohen Chalub
Italo Flammia	Thierry Cintra Marcondes
Ísmail Erkam Tüzgen	Vanessa Fischer
Kátia Adriana Cardoso de Oliveira	Vanessa Guimarães
Lucas Ferreira Folgado	Victor Haruo
Lucio Ries	Wal Flor



FORÇA-TAREFA DE INVESTIMENTOS

LÍDERES

Arthur Garutti - Líder da Força-Tarefa

Marcos Vinicios Belmiro Proença - Relator da Força-Tarefa

Sarah Fernandes - Coordenação da Base de Conhecimento

Mário Alves de Nogueira - Coordenação de Comunidade

PARTICIPANTES

Anne Chang

Ashok Kandasamy Shanmugam

Bruno Pina

Caroline Takita Levy

Chintan Oza

Frederico Sandler

Gabriela Bassoli

Henrique Magalhães Gomes

Juliana Nogueira

Luciana Brasil Marques

Regina Landim Noppe

Sagar Kalra

Stacey-Renee Davis

Tatiana Rihan

Tiago Venturieri Barra

Uttam Singhal

Victoria Hipolito

Vitoriano Ferrero Martin Jr



